

## Formação Contínua de Docentes 2018/2019

### **Ação de formação “*Autonomia e Flexibilidade Curricular: Oportunidades de (Trans)formação das Práticas Pedagógicas*”**

(15 horas)

*Formadoras: Gorete Pereira e Fernanda Gouveia*

**Local de realização:** EB 2/3 do Caniçal

**Sala:** Biblioteca

**Datas e Horários:** 11 e 12 de julho de 2019 das 9h30 às 12h30 e das 14h00 às 18h30

#### **Justificação da Ação:**

Vivemos num mundo, onde as mudanças sucedem-se de forma vertiginosa, originando novos desafios para as escolas e para os professores, que se vêem impelidos a se reinventarem para construir novos ambientes de aprendizagem de sucesso para todos os alunos, sem exceção. Assiste-se portanto, a uma mudança de paradigma que passa a privilegiar mais a aprendizagem do que o ensino, sendo primordial passar do centro político-administrativo da decisão e da prescrição para o centro de realização da ação educativa, onde se realizam as aprendizagens, ou seja para as escolas e para as salas de aula (Alves, 2017, p. 10). Resta saber se as escolas e, em particular, os professores estarão preparados para desempenhar um papel de transformação das realidades educativas por via da (re)definição das políticas curriculares nos seus contextos de ação pedagógica.

Neste sentido, o XXI Governo Constitucional através do Decreto-Lei nº 55/2018 inscreveu no seu programa orientações que visam a concretização de uma política educativa defensora de uma gestão flexível e contextualizada do currículo, reconhecendo às escolas e aos professores novos papéis, no âmbito da autonomia curricular, visando a conjugação de três elementos fundamentais: autonomia, confiança e responsabilidade.

A flexibilização curricular constitui-se, portanto, como um imperativo democrático, social e escolar, que sugere a construção de novas respostas pedagógicas diferenciadas a uma série de fragilidades que afetam os professores e debilitam os sistemas educativos. Mas, esta

flexibilização não se refere apenas aos programas, mas também aos modos de agrupar os alunos, aos espaços e tempos, aos modos de ação pedagógica, com ênfase numa vertente mais colaborativa e de trabalho em equipa (Formosinho & Machado, 2009; Cabral & Alves, 2018; Roldão, 2017).

Esta apropriação contextualizada do currículo nacional requer margens de autonomia profissional, que permitam aos professores agir mais em conformidade com os contextos em que estão inseridos, legalmente certificados pela administração central. De facto, este atual cenário da política curricular desafia a escola a um comprometimento com a realidade dos alunos e dos seus contextos de intervenção, mas também exige aos professores disponibilidade para o diálogo, sendo que “é impossível viver a disponibilidade à realidade sem segurança, mas é impossível também criar a segurança fora do risco da disponibilidade” (Freire, 2009, p. 135).

Gimeno (1998, p. 82) assevera que as políticas e práticas da educação não podem ser pensadas nem governadas à margem dos agentes. A racionalidade técnica cede, assim, a proeminência a uma outra racionalidade imperfeita, modesta nas suas aspirações, mas compreensiva das realidades sociais e humanas.

Nesta perspetiva, a política curricular assume-se como um espaço público de tomada de decisão, e entende a escola como um local de decisões que suplantam as deliberações administrativas, valorizando-se a participação dos professores, alunos e pais (Pacheco, 2002). As políticas educativas atuais outorgam novos poderes à escola, conferindo a possibilidade de implementação de projetos e a integração das especificidades dos vários contextos locais. Com efeito, nem a escola se resume a um espaço “despersonalizado e tutelado à distância pelo poder central” (Fernandes, 2000, p. 33), nem o currículo pode ser reduzido às matérias a ensinar ou a um conjunto de atividades de ensino iguais para todos (Leite, 2003), sendo primordial perspetivar uma escola que entenda o currículo como um projeto-em-construção (Pacheco & Morgado, 2002).

Trata-se de uma outra forma de conceber os atos de ensinar e de aprender, alicerçados numa nova abordagem acerca dos papéis assumidos pelo aluno e pelo professor, quer a uma outra conceção acerca do estatuto do património cultural dito comum” (Cosme, 2018, p. 10), razão pela qual importa apostar fortemente na formação de professores, já que os desafios colocados à ação docente são deveras exigentes e exigem o domínio de competências diversificadas e complexas.

## **Objetivos (Gerais/Específicos):**

### Objetivos gerais

1. Conhecer a margem de autonomia que as escolas e os professores dispõem para realizar uma gestão curricular e organizacional de forma autónoma e flexível;
2. Perceber as possibilidades para criar uma variedade de ações pedagógicas, no âmbito da gestão flexível e autónoma do currículo;

3. Conhecer ações estratégicas concretas, que possibilitem a aglutinação de aprendizagens decorrentes da articulação curricular e da interdisciplinaridade curricular veiculadas pelo trabalho de projeto e pelos Domínios de Autonomia Curricular;
4. Promover a reflexão crítica e construtiva acerca do trabalho colaborativo desenvolvido na sala de aula e na escola.

#### Objetivos específicos

- 1.1 Identificar as possibilidades diversificadas de gestão curricular e organizacional baseadas em dinâmicas pedagógicas que requerem articulação disciplinar, trabalho interdisciplinar e colaboração entre docentes;
- 2.1 Construir novas propostas de organização do trabalho pedagógico na sala de aula, visando a criação de comunidades de aprendizagem;
- 2.2 Perspetivar diferentes tipos de agrupamentos na sala de aula, privilegiando a aprendizagem cooperativa;
- 3.1 Selecionar metodologias ativas, designadamente a metodologia de trabalho de projeto, com ênfase no protagonismo dos alunos
- 3.2 Planificar ações estratégicas, no âmbito da metodologia de projeto e dos Domínios de Autonomia Curricular: definição de objetivos e competências a privilegiar; definição de áreas de confluência curricular; conceção de estratégias e atividades; intervenientes; calendarização; adequação às aprendizagens Essenciais (AE) e ao Perfil do Aluno (PA); recursos a contemplar; avaliação do trabalho desenvolvido pelos alunos; avaliação da proposta pedagógico proposto;
- 4.1 Definição de procedimentos de avaliação formativa, com o uso diversificado de instrumentos, em conformidade com a gestão flexível do currículo e a autonomia outorgada às escolas e aos professores.

#### **Metodologia de realização da ação:**

As metodologias assentam em várias topologias:

1. Partir das conceções prévias dos formandos acerca das oportunidades de transformação das práticas pedagógicas veiculadas pelo novo enquadramento curricular;
2. Análise teórica de conceitos básicos que sustentam os processos pedagógicos inerentes à articulação curricular horizontal e vertical, à aprendizagem cooperativa, ao trabalho de projeto e aos Domínios de Autonomia Curricular;
3. Trabalho prático que envolve a construção de cenários pedagógicos que pretendem a operacionalização das metodologias abordadas e diferentes possibilidades de ação pedagógica;
4. Seminários de partilha e análise crítica acerca de exemplos de práticas sustentadas na filosofia protagonizada pela Autonomia e Flexibilidade Curricular;
5. Trabalhos coletivos, em grupo e/ou a pares que visam a criação de planificações;
6. Debate coletivo acerca dos trabalhos produzidos pelos pares e grupos;

7. Reflexão e sistematização dos princípios teóricos e pedagógicos que suportam as práticas.

## **Conteúdos**

### 1. Fundamentos Teóricos e Pedagógicos de Autonomia e Flexibilidade Curricular (AFC)

1.1 Gestão Flexível do Currículo: porquê e como?

1.2 Princípios teóricos e pedagógicos que sustentam a AFC.

1.2.1 Articulação curricular/integração, curricular/interdisciplinaridade

1.2.2 Binómio ensino-aprendizagem. Adequar o ensino à aprendizagem

1.2.3 Importância da aprendizagem cooperativa (algumas estratégias de implementação: formação de grupos, papéis atribuídos a cada elemento, a sala de aula como comunidade de aprendizagem).

1.3 Avaliação formativa: pressupostos e fundamentos da Autonomia e Flexibilidade Curricular.

### 2. Metodologia de Projeto

2.1 Pressupostos teóricos e pedagógicos.

2.2 A aprendizagem baseada na resolução de problemas.

2.3 Trabalho prático de planificação.

### 3. Domínios de Autonomia Curricular (DAC)

3.1 Trabalho interdisciplinar de articulação curricular horizontal.

3.2 Princípios teóricos e pedagógicos que sustentam os DAC.

3.3 Planificação dos DAC.

3.4 Operacionalização dos DAC: cenários possíveis.

### 4. Avaliação Formativa: procedimentos e instrumentos

4.1 Avaliação dos projetos e dos DAC (ênfase na avaliação formativa): instrumentos e metodologias diversificadas.

## **CrITÉRIOS de avaliação:**

A avaliação será individual, qualitativa e quantitativa, expressa numa escala numérica de 1 a 10 valores, nos termos previstos na Carta Circular CCPFC - 3/2007, de setembro de 2007, do Conselho Científico Pedagógico da Formação Contínua, expressa nos seguintes níveis:

- Excelente (de 9 a 10 valores)
- Muito Bom (de 8 a 8,9 valores)
- Bom (de 6,5 a 7,9 valores)
- Regular (de 5 a 6,4 valores)
- Insuficiente (de 1 a 4,9 valores)

E com base nos seguintes critérios:

Participação ativa nas sessões - 20%

Trabalho individual – Reflexão acerca de alguns tópicos abordados na formação – 80%

**Modelo de avaliação da ação: (A efetuar pelo formador e pelos formandos)**

A avaliação da ação será efetuada pelos formandos e pelo formador, através do preenchimento de questionários de apreciação da ação e de um relatório final.

- ✓ Inquéritos aos formandos
- ✓ Relatório do formador